

«A Grande Guerra» - enquadramentos política, económica e social

Dra
Francisca Bicho



O tema proposto para uma intervenção no Dia do Exército, a assinalar na cidade de Beja, em 23 de Outubro de 2014, foi «A Grande Guerra - Enquadramentos Política, Económica e Social», e de acordo com a abordagem então efectuada passamos a uma introdução centrada em referências de carácter geral e tocando, naturalmente, Portugal.

Como sabemos, assinalou-se em 2014 o I Centenário do início da Grande Guerra, a primeira, e as comemorações poderiam ser marcadas fundamentalmente pela evocação das vítimas, incluindo os soldados que nela intervieram, e obviamente os portugueses (do Corpo Expedicionário Português, no território Europeu, mas também os que se bateram em África), pelo registo da brutal carnificina que produziu vencedores e vencidos, não fosse afinal o facto maior de, com essa Grande Guerra, não terem a Europa e o Mundo conseguido uma Paz duradoura, e vivermos no século XXI, cem anos depois, com diversos focos de conflito, seja onde for que ocorram, ameaças constantes e problemáticas de algum modo semelhantes, o que justificará que os Estados e os Exércitos estejam em alerta.

Apesar da grande importância do ano de 1919, da Conferência de Paz, da criação da Sociedade das Nações, dos Tratados de Paz, a grande esperança consubstanciada na afirmação de nacionalidades, da democracia e de uma nova ordem internacional, essa esperança foi ensombrada pelo desencanto de muitos, e a Paz foi comprometida. Um novo grande conflito mundial, a II Grande Guerra, esmagou ainda o século XX, e hoje devemos estar aqui, também e ainda, para pugnar pela PAZ.

Contudo, seguimos a opinião daqueles que consideram ter o século XX o seu início em 1918, com o fim da I Grande Guerra, tais as transformações operadas aos vários níveis, indo o nosso particular sentimento para uma referência à afirmação dos Povos, enquadrados em Estados-Nação, para assim voltarmos aos tempos actuais, pensarmos na crise do Estado-Nação e evocarmos os Povos-Nação/Nações, sem Estado e sem Terra, e recuarmos então à data de 1914 para focarmos a problemática das nacionalidades nos

territórios fulcrais para o despoletar da Grande Guerra.

Hoje, como ontem, os povos podem até coexistir num território mantendo a sua diversidade, mas são muitas vezes perseguidos, violentados e destroçados por grupos de homens que politicamente representam Estados, e que nessa condição sacrificam povos em nome de interesses e ambições de natureza política e económica, traçando a geografia conveniente aos seus objectivos, mesmo que à custa de vítimas de guerra ou submissão de sobreviventes amordaçados na sua cultura, língua, religião.

Assim, situemo-nos em 1914, começando por apresentar em três pontos as primeiras linhas gerais.

1 - Seguindo as palavras de René Rémond, que valoriza a expressão 'facto nacional', temos a convicção de que o mesmo se vinha afirmando desde inícios do século XIX e estava bem vivo nas proximidades de 1914, pois que o movimento das nacionalidades, em particular na Europa Ocidental, inspirado na Revolução Francesa e no Romantismo, marca efectivamente o século XIX, profundamente nacionalista, de luta pela afirmação dos cidadãos, traduzindo anseios de independência ou unificação, procurando que um Estado corresponda à Nação, quando, muitas vezes, em meados/finais do século XIX, nações diversas viviam no mesmo Estado ou elementos da mesma nação estavam dispersos por vários Estados. Além de que devemos ter presente o quadro político dos Impérios Autoritários - Império Alemão, Austro-Húngaro, Otomano e Russo, onde tal problemática mais se sentia.

2 - Por outro lado, à data de 1914 estamos a falar desses Impérios, mas também dos Imperialismos que expressavam o desenvolvimento capitalista das potências europeias; estas dominavam grandes parcelas do mundo através da sua acção político-colonial, e enquanto metrópoles também impunham às colónias a língua, religião, cultura, e naturalmente relações económicas favoráveis a si próprias (troca de matérias primas por produtos industriais), além de disporem dos homens colonizados em caso de guerra.

Mas, em paralelo com o desenvolvimento do capitalismo, também se verificava a consciencialização operária e a afirmação das ideias socialistas do internacionalismo, que se opõem ao primeiro, mas também são alvo de atenção por parte de movimentos nacionalistas que, por oposição, adquirem feição conservadora, assim se afastando do enquadramento democrático em que o sentimento nacional operara razoavelmente.

A Alemanha e a Grã-Bretanha rivalizavam por uma posição de hegemonia industrial, a ambas se juntando a França e a Itália nos desejos de expansão colonial, em particular nos territórios africanos a partilhar, a Península Balcânica era uma zona fervilhante entre as regiões e povos da geografia dos Impérios Austro-Húngaro e Otomano, a Rússia tinha interesses nos Balcãs visando o domínio dos Estreitos do Bósforo e Dardanelos para acesso ao mar Negro, contrapondo um pan-eslavismo ao pangermanismo, da Alemanha-Áustria. Fora da Europa, os Estados Unidos dominavam e controlavam, pelo menos a América, pois como afirmara o Presidente Monroe «a América para os Americanos», enquanto o Japão revelava um alargamento territorial entre 1865 e 1910.

Mas, no contexto mais geral, o poderio e ambição do Império Alemão fundamentam a responsabilidade que é atribuída à sua política externa no eclodir da Guerra, ainda que algumas teses explicativas considerem que tal deve ser visto na relação com a própria política interna e a gestão do perigo da crescente afirmação do movimento socialista (em particular na Alemanha, para a qual uma vitória poderia levar à unificação social), mas que deve também ser tomada em conta a inabilidade (e, claro, as ambições) de todas as outras potências que intervieram no conflito.

3 - Portugal era uma jovem República que, em termos externos, mas também internos, precisava afirmar-se e, como recorda o Professor Nuno Severiano Teixeira, «era pela guerra que passava “a defesa externa e interna da República”», sendo estas últimas as palavras do próprio Partido Democrático, sempre defensor da entrada de Portugal na guerra. Segundo o mesmo Professor, na estratégia portuguesa caberia a defesa dos territórios africanos e, no palco europeu, a afirmação da nossa soberania, um lugar entre as nações, e a perspectiva de que a República e o próprio Partido Democrático saíam reforçados e legitimados.

Cabe-nos ainda reforçar esta primeira introdução de ideias com a menção ao facto de os Impérios Austríaco, Otomano e Russo serem aqueles onde a diversidade de povos-nações que os habitavam mais terá colocado o problema das nacionalidades, desejosas que estavam de autonomia política, como também, em alguns casos, se manifestava o objectivo de unidade entre populações espalhadas por esses impérios, como, por exemplo, sérvios e romenos vivendo nos impérios otomano e austríaco, polacos a viver na Prússia, no Império Russo e no Império Austríaco.

Por outro lado, importa também referir que o movimento das nacionalidades tem absoluta relação com as vertentes económica e política, que por vezes acabam por se focar nos sentimentos e a eles apelar em favor de uma unidade económica e política, e quase sempre a um expansionismo em nome do nacionalismo, sem dar lugar a que as massas se apercebam desse fenómeno.

A propósito, vejamos os casos da Itália e da Alemanha, sendo que sobre esta nos iremos deter mais particularmente.

A Itália era uma região dividida em estados, com territórios ocupados pela Áustria (na Lombardia e no Veneto), viveu movimentos de unificação e independência, e a sua unificação (1870), muito devida ao protagonismo de Garibaldi, teve grande impulso e foi defendida pela burguesia industrial e comercial, desejosa de criar um mais amplo mercado. Após a unificação, a afirmação nacionalista justifica o desejo de expansão territorial em África.

Na Alemanha, a união económica aduaneira de 1834 - o Zollverein, precedeu a união política de estados com Bismark, Primeiro-Ministro da Prússia, desde 1862, e chanceler do Império alemão, entre 1871 e 1890.

Com efeito, o Zollverein gerou uma unificação que permitiu um vasto mercado interno, a que virá a associar-se uma unidade interna a vários níveis - moeda, Direito,

comunicações, indústrias, marinha mercante, em suma, o importante desenvolvimento da industrialização e implementação de um capitalismo financeiro. Em estreita relação, Bismark conduz a direcção da Prússia e consolida-a com a vitória sobre a França (1870-71), que procura isolar, ao que acresce a proclamação do rei da Prússia como Imperador Alemão (Guilherme I), em 18 de Janeiro de 1871. Procurando zelar pela segurança, em 1879, alia-se à Áustria-Hungria (a Itália junta-se-lhes, em 1882, na Tripla Aliança) e tem relações com a Rússia, por forma a «moderar», digamos, as questões russo-austriacas.

Desta forma, a Alemanha sairá da sua debilidade de um conjunto de Estados de fraca economia e, dotada de significativa força militar, transforma-se num Império (federação «sob» o poderio da Prússia). Trata-se de um Império, um Estado poderoso e Autoritário, o mais jovem Império às portas de 1914, mas a mais forte das potências europeias.

A poderosa Alemanha emergiu pois de vários Estados (vinte e cinco), principados e reinos, dos quais se destacava a Prússia; após a Guerra Franco-Prussiana é adquirido o território da Alsácia-Lorena, que a França perde; por iniciativa do Rei da Prússia e de Bismark, seu Primeiro-Ministro, são fixadas as fronteiras do novo Estado alemão. Após as guerras com a Áustria e a França, a Alemanha passa a considerar-se herdeira do Sacro Império Romano-Germânico (século X) e o *nacionalismo ganha muita força* (também se manifesta na França, devido à perda dos territórios), que levado ao extremo origina o pangermanismo, a ideia de superioridade da raça branca – dos arianos – dos germanos, a ideia do direito ao expansionismo para obter espaço e recursos visando o desenvolvimento.

Em síntese, e reforçando, a Alemanha de finais do século XIX/princípios do século XX é politicamente um Império, revela uma verdadeira superioridade económica e financeira, e atravessa-a um movimento de agitação social associado a motivos sócio-políticos, como o sufrágio universal, mas também a questões laborais e das nacionalidades.

Ao nível político, o autoritarismo do Império sobrepõe-se ao Parlamento (Reichstag) eleito, que embora responsável pelos assuntos federais não é decisor, mas este vai exigindo o aprofundamento do parlamentarismo face ao poder do Imperador, numa via democrática, enquanto em princípios do século XX (finais de 1908) se desenvolve uma forte agitação sócio-política em torno da questão do sufrágio universal. A afirmação de partidos como o Social-Democrata conduz a que este venha a ser o mais importante no Reichstag, em 1912.

Em termos económico-financeiros, um forte e dinâmico nacionalismo havia contribuído para que, no fim do século XIX, a Alemanha tivesse uma das mais avançadas formas de organização, fosse líder em indústrias como o aço, produtos químicos, electricidade, e praticasse um protecçãoismo face aos britânicos, no que toca à indústria pesada, e também relativamente ao sector dos cereais, face aos preços russos e americanos. Verificara-se uma forte expansão da indústria com base em nova tecnologia e a agricultura sofrera alterações, sendo que, face aos senhores poderosos, uma aristocracia terratenente, havia uma massa de camponeses/servos que se proletarizavam nas

indústrias, e estas traduziam um poderio industrial; uma forte actividade bancária associava-se à indústria e ao comércio, afirmava-se um capitalismo industrial e financeiro.

Do ponto de vista social, desenvolveram-se novas forças sociais, a burguesia, o operariado e as classes médias. Classes dominantes como a aristocracia ligada à terra, e a alta burguesia de negócios, apoiavam o poder político-pangermanista e opunham-se a reformas, receavam a questão das nacionalidades, bem como as classes trabalhadoras e o socialismo, até pela razão de, em inícios do século XX, ocorrer uma importante ofensiva grevista e de manifestações desencadeada pelas classes operárias.

Na conjugação das diversas variáveis abordadas, a Alemanha projectou-se numa política imperialista e revelou-se concorrente industrial, comercial e colonial da Grã-Bretanha e França, havendo com esta um problema acrescido, o dos territórios da Alsácia-Lorena. Nessa linha, nos anos oitenta do século XIX, começou a participar na chamada «partilha de África».

Passemos a focar-nos na Península Balcânica, sendo que os Balcãs se vieram a tornar explosivos e eram antes da Guerra sintoma disso mesmo, pela diversidade de povos e interesses: O Império Austro-Húngaro e o Império Otomano dominavam a região em meados do século XIX, pelo que se impõe considerar os dois impérios quase em interligação, para assim fazermos algumas referências pontuais a esse quadro de realidades complexas.

O Império Austro-Húngaro correspondia a uma grande área do Centro e Leste da Europa, estendendo-se a Áustria-Hungria até aos Balcãs, um conjunto de nações diversas em origem, língua, religião (são exemplos os magiares ou húngaros, os checos, polacos, eslavos, alemães). A rebeldia dos húngaros originou que, em 1867, fosse estabelecido o dualismo (monarquia dualista) entre os dois Reinos-Estados, a Áustria e a Hungria; Francisco José, imperador da Áustria, é também rei da Hungria e, em 1879, foi estabelecido um tratado de aliança com a Alemanha, como já referimos.

As economias são desiguais, com a Áustria mais industrializada e a Hungria mais fortemente agrícola, a agitação social radica na questão do sufrágio universal e nos movimentos grevistas do operariado urbano, as relações são complexas, e a questão das diversas nacionalidades e sentimento nacionalista está longe de uma solução, em particular nas fronteiras, dado que os sérvios e romenos que habitam o território têm consciência de pertença a grupos com reinos independentes nos Balcãs, o que cria receios no Império, devido a uma eventual supremacia da Sérvia com o apoio russo.

Desde 1878 que os austríacos administravam as províncias turcas da Bósnia e Herzegovina e, em 1908, estes territórios de maioria sérvia, portanto, particularmente identificados com o Reino da Sérvia, são anexados pelo Império Austro-Húngaro (motivação expansionista e preocupações de carácter defensivo) com o apoio da Alemanha e a manifesta revolta da Sérvia apoiada pela Rússia que, após 1905 e a derrota frente ao Japão, se volta para Ocidente e promete apoiar a Sérvia num jogo de

contrapartidas, dados os seus interesses na região balcânica, visando o acesso ao Mar Negro.

Quanto ao Império Otomano ou Turco, este abrange, em 1914, o território desde as costas da Rússia e Bulgária, do Mar Negro, até ao sul da Península Arábica. Se, no princípio do século XIX, a região alargada que ia dos Balcãs ao Norte de África-Médio Oriente, até ao Irão, tinha o foco em Constantinopla, as forças nacionalistas e as potências imperiais provocaram a alteração deste quadro, pelo que, em 1914, as províncias otomanas da Sérvia, Albânia, Bulgária e Roménia eram estados independentes e as forças do imperialismo controlavam mais ou menos os restantes territórios.

O movimento da Jovem Turquia encabeça um certo nacionalismo na Turquia, bem como a revolta de 1908, enquanto a admiração de alguns chefes pela força militar alemã fará com que, em 30 de Julho de 1914, fosse assinado o Tratado Turco-Alemão, tendo a Turquia entrado na guerra três meses depois (ao lado da Alemanha).

A Bulgária tornara-se independente em 1878, e as guerras balcânicas de 1912-1913 originaram a ruína e o desmantelamento do Império Otomano na Europa, confinado a Constantinopla e arredores. Se houvera união entre estados balcânicos para combate aos turcos, depois, a Sérvia, Bulgária, Grécia, Roménia travam guerras visando a definição de fronteiras, questão decidida pelo Tratado de Bucareste - 1913.

A Sérvia aumentou significativamente o território, e a sua hegemonia torna-a, para o Império Austro-Húngaro, um alvo a abater; no sentido de impedir que a Sérvia acedesse ao Mar Adriático, também a Itália se manifesta, e para tanto também a Albânia ganhou estatuto de território autónomo.

Sobre o Império Russo seremos breves. Tratava-se de uma vasta área que se estendia da Europa à Ásia Central e à Sibéria, e sob a autocracia do czar Nicolau II viviam submetidos os milhões dos seus súbditos, que constituíam várias nações (milhares de judeus russos vieram a emigrar, por exemplo, para os EUA) e eram na sua maioria camponeses servos de um sistema feudal e repressivo; a industrialização dava passos significativos, e o operariado das áreas urbanas industrializadas ganhava força numérica e ideológica para combater a situação existente.

Em 1904-1905, a Rússia revela o seu desejo expansionista para o Extremo-Oriente, mas o Japão afronta-a com uma derrota.

O czarismo russo provoca anticorpos nos países mais abertos, contudo, alguns, como a França e o Reino Unido, estabeleceram alianças com a Rússia.

Todos os desenvolvimentos seguintes vão desembocar na Revolução de 1917.

Tentámos sintetizar, tanto quanto possível, a multiplicidade de particularismos a introduzir nos enquadramentos da Grande Guerra, lembremos agora o facto já referido sobre a incorporação da Bósnia no Império Austro-Húngaro, em 1908, mas também a antevisão de Bismarck no Congresso de Berlim de 1878, a de que uma grande guerra

resultaria de qualquer pequeno rastilho lançado nos Balcãs. De facto, os acontecimentos virão a mostrar que a política alemã no problema de 1914 terá, porventura, sido a grande responsável da Guerra.

Ora, como sabemos, o príncipe herdeiro do Império, o Arquiduque Francisco Fernando, cometeu talvez a imprudência de visitar Sarajevo, com a mulher, Sofia, no dia de São Vito – 28 de Junho de 1914 – o dia que assinala a festa da independência Sérvia na Idade Média (28 de Junho de 1389), o dia Nacional, o que poderia ser entendido como uma afronta, dada a maioria sérvia da população do território bósnio, e o desejo da Sérvia de integrar a Bósnia.

Esta visita e o atentado de que foram vítimas (Gavrilo Princep, estudante nacionalista sérvio que foi o autor, conseguiria vir a ser conhecido, como parecia desejar), seria a causa próxima para a resposta do Império à Sérvia, acusada de ter motivado os factos; da declaração de guerra passar-se-á rapidamente à generalização do conflito que foi a Grande Guerra em que se envolveu a Europa e o Mundo num jogo de interesses e alianças.

Contudo, de há muito que um clima de eventual guerra se vinha podendo antever, dado que a superioridade do Império Alemão em termos económicos e políticos não tinha peso equivalente, para o seu lado, na decisão de questões globais-mundiais, o que naturalmente incomodava a Alemanha, sem que fosse, porventura, demasiado valorizado por outros Estados, mesmo que viesse a ser patente o investimento alemão na sua armada (para um afrontamento aos ingleses e subsequentes vantagens), nos valores destinados ao exército de 1911 a 1913, e ainda que a elite militar alemã deixasse claro, em 1912, que admitia estar eminente uma guerra.

Após 1890, é o Imperador Guilherme II que assume papel importante na política alemã (demite Bismark), mas mostra, com os seus mais próximos, que a Alemanha não prossegue o ‘esquema’ de política externa definido por Bismark, e passa a criar a convicção de que a Alemanha está a lançar-se numa política de agressividade. Ora, tudo isto contribuiu em muito para que a Grã-Bretanha conjugasse posições com os aliados França-Rússia, em 1904, num Tríplice entendimento que motiva na Alemanha o medo do ‘cerco’.

Como já enunciámos, alguns autores defendem que o reforço do movimento socialista no plano interno poderia também ser um factor que motivasse a Alemanha a ‘arriscar’ uma política externa que favorecesse a guerra, para assim neutralizar esse movimento, num arrebatamento nacionalista.

Importa-nos aqui referir que, sendo eminente uma guerra, as elites políticas e militares não resolveram diplomaticamente o problema e teceram afinal o xadrez da mesma – de todos em presença se poderão admitir responsabilidades, não nos permitindo a análise abordar as diversas perspectivas dos investigadores.

Contudo, devemos destacar que a essas elites não seria indiferente o conhecimento de que os socialistas da Internacional Socialista se declararam decididos (Conferência de Estugarda - 1907) a lançar guerra à Guerra, importando-nos também acrescentar dois ou três elementos relativos aos movimentos de reflexão operária.

Quase em cima do eclodir do conflito foi assassinado o socialista francês Jean Jaurès (é alvejado no dia 31 de Julho de 1914, pelas 21H40; *L'Humanité* - o jornal onde trabalhava - afirmava no dia 1 de Agosto de 1914 a toda a largura «*Jaurès assassiné*»), ao que não foi alheio o seu combate contra o estado de coisas, mostrando em palavras de 25 Julho a descrença na diplomacia para evitar a guerra e apontando a Áustria, a Alemanha, a Rússia e a França como os causadores do 'fogo' em que a Europa e o Mundo estavam.

Em Portugal, e no ano de 1912, reuniu em Évora o 1º. Congresso dos Trabalhadores Rurais, nele se discutindo a compra de armamento, numa antevisão da guerra. Manifestavam-se posições pró e contra, sendo as primeiras próximas do Governo e demarcando-se as segundas numa perspectiva bem sintetizada por Manuel de Castro, de Cuba, que sendo inicialmente a favor, mostrava no último dia que tinha evoluído no seu pensamento e considerava que «*quando ali entrou tinha uma pátria muito estreita. Chamava-se Portugal. Hoje tem outra mais ampla: chama-se Terra*», numa clara alusão ao facto de que uma guerra poria em risco a Terra.

O anarquista Gonçalves Correia, natural de São Marcos da Ataboeira (Castro Verde), escrevia em 1916, de Cuba, onde vivia, e no Jornal *A Questão Social* (23 de Janeiro de 1916), que os operários portugueses e outros desejavam «*o esmagamento do militarismo alemão, bem como o esmagamento do militarismo em toda a parte*», e que no rescaldo da guerra seria inteligente «*a revolta do proletariado contra o despotismo económico em todo o mundo*».

Se para o operariado era óbvia a guerra à Guerra, para os governantes europeus e seus apoiantes esta aproximava-se como inevitável, cabendo-nos agora um breve apontamento sobre o nosso País.

Portugal implantara a República em 1910, mas a unidade dos republicanos no Partido Republicano Português (PRP) rapidamente deu origem à divisão deste em três grupos políticos (e mais tarde a vários outros), a afirmação do Parlamentarismo terá sido negativa para a estabilidade governativa, sucedendo-se os governos, além de que a reacção monárquica se foi fazendo sentir. O anticlericalismo republicano fomentou o descontentamento de muitos, tratando-se, como sabemos, de um País católico e muito conservador.

Se a pequena-média burguesia chegara ao poder com o apoio das massas populares, designadamente o operariado, também a curto prazo o regime se esqueceu desse apoio e motivou uma forte agitação social que se traduziu em manifestações e greves, tanto no proletariado urbano como no meio rural. À problemática social e política não era alheia a pobreza generalizada, a pouco confortável situação económica e financeira, a questão das finanças públicas e dos equilíbrios orçamentais.

Portugal possuía os seus territórios em África, mas revelava fragilidade face aos imperialismos, aos anseios da partilha de África entre os grandes, que se faziam sentir desde o século XIX, e que na Conferência de Berlim (1884) impõem a ocupação efectiva dos territórios e definem os requisitos de dominação com base em interesses, em particular na África Central.

Neste quadro, Portugal aventura-se com o seu projecto do Mapa Cor-de-Rosa, que motivou afinal a humilhação do *Ultimatum* inglês de 1890 (11 de Janeiro), a que o nacionalismo responde, mas sem conseguir que a velha aliada deixasse de condicionar as posições portuguesas em termos internos e externos.

À entrada do séc. XX, os imperialismos prosseguiram, obviamente, na atitude de impor os seus interesses coloniais face aos mais pequenos países coloniais, como Portugal, e as suas colónias eram um alvo de natureza estratégica e económica para a Alemanha, Inglaterra, França.

Com efeito, a questão colonial era da maior pertinência para Portugal, e a defesa das colónias fundamentaria, sem grande dúvida, um acordo nacional, até por ser grande a pressão da Alemanha, em particular sobre o território de Moçambique, e isto desde a ocupação de Quionga, em finais do século XIX.

O fogo sentia-se a arder na Europa e a República e a Pátria estavam em jogo, assim pensavam muitos dos Republicanos, em particular Afonso Costa e o Partido Democrático, ainda que estivesse longe uma unanimidade de posições sobre a eventual entrada de Portugal na guerra.

Mas, Afonso Costa, que iremos seguir na base dos seus *Discursos Parlamentares, 1914-1926*, manifestava desejo de que Portugal estivesse preparado, e para acorrer à defesa nacional, que deveria prever também o conflito, reforçou os Orçamentos de 1913-1914 e 1914-1915 para o Exército e Marinha, insistia na questão da disciplina, e quanto à defesa naval, fundamental em termos das colónias, defendia uma reorganização que não endividasse demasiado o país.

Em Agosto de 1914 dão-se os primeiros problemas com as tropas alemãs no Norte de Moçambique, e em Outubro ocorrem ataques alemães e a entrada no interior de Angola, definindo-se as duas grandes questões coloniais: Norte de Moçambique e Sul de Angola, as frentes a que urgia responder.

Da sessão parlamentar de 7 de Agosto de 1914 saiu uma resolução parlamentar, relembrada na sessão extraordinária de 23 de Novembro (em que mais nos focaremos), que, no seu artigo 1º, conferia «ao Poder Executivo as faculdades necessárias para, na actual conjuntura, garantir a ordem em todo o País e salvaguardar os interesses nacionais, bem como para ocorrer a quaisquer emergências extraordinárias de carácter económico e financeiro ... (Oliveira Marques, 1977:76).

Ainda na mesma sessão de 23 de Novembro de 1914, Afonso Costa refere que ele e o Partido Democrático votarão favoravelmente a proposta que visa uma autorização ao

Poder Executivo para «(...) *intervir militarmente na actual luta armada internacional, quando e como julgue necessário aos nossos altos interesses e deveres de nação livre e aliada da Inglaterra, tomando para esse fim as provisões extraordinárias que as circunstâncias do momento reclamem*» (ibidem).

Certamente que a Portugal, e na perspectiva de Afonso Costa, não restava outra posição senão declarar que respeitaria os seus deveres de aliado da Inglaterra, o que não deixa de decidir quando esta solicita auxílio em artilharia, espingardas, etc., e a quem dirige saudações.

Com efeito, e continuando a intervir, o discurso parlamentar de Afonso Costa vai no sentido de uma saudação à aliada Inglaterra e restantes nações suas aliadas no conflito, referindo ainda que Portugal e a República poderiam encontrar, naquela hora «*ao mesmo tempo trágica e convulsionada, da actual guerra europeia, a base mais firme do seu desenvolvimento rápido e progressivo*» (ibidem, 77), além de poder, no fundo, aproveitar a ocasião para de novo reafirmar o papel que desempenhou no mundo, desta vez contribuindo «*para o estabelecimento definitivo do Direito e da Paz e até (assim o esperava) do desarmamento universal.*» (ibidem).

Mais afirmou Afonso Costa ser seu entendimento que, para além do dever de defender o território português, continental ou colonial, Portugal deveria intervir no palco europeu, «*(...) nos campos da batalha da Europa, onde se afirmará quem existe ou não existe (desejando assim que) a República Portuguesa exista na consideração do mundo inteiro, de todos os povos, de todas as civilizações e de todos os tempos..*» (ibidem, 78). Nessa perspectiva, estava em questão existir e participar numa guerra pela Civilização e contra a barbárie.

Problemas anteriores na política interna portuguesa culminaram na vitória dos Democráticos, em Maio de 1915; tratando-se das forças políticas que defendiam o intervencionismo, estão criadas as condições para desenhar o plano de preparação militar visando a intervenção na Europa, o que virá a ganhar consistência em 1916, após a requisição, por parte da Inglaterra, dos navios alemães em portos portugueses, e posterior declaração de guerra da Alemanha a Portugal.

Utilizando a imprensa regional, citamos o Jornal *O Porvir*, Beja, 11 de Março de 1916, onde se pode ler a propósito do título «Declaração de guerra» - «*A Alemanha declarou-nos a guerra. À nossa atitude legal, ela responde-nos com a violência. Pois bem: - saibamos todos ser portugueses de lei. Abatam-se todas as bandeiras partidárias e, erguendo-se ao sol da glória o pavilhão da Pátria, defendamo-lo com toda a energia do nosso patriotismo*».

A Portugal impunha-se reunir as condições militares para participar (nelas se enquadra 'o milagre de Tancos'), e com a França e Inglaterra negociou, de Agosto a Dezembro de 1916, as questões práticas da intervenção do CEP (Corpo Expedicionário Português), que seguirá em 1917.

Numa breve nota que reforce ainda a ideia da Honra e Patriotismo que a Guerra

fomentava em Portugal, lembramos que Afonso Costa a traduzia nas palavras já enunciadas, como o fez, em 1920, quando reagiu perante a humilhação dos valores de indemnização a pagar pela Alemanha. Por outro lado, pretendemos também assinalar como numa pequena terra, a Vila de Cuba, a 18 Kms de Beja, a Comissão Executiva da Câmara reagiu de forma patriótica quando, em 14 de Abril de 1916, recebeu a notícia de que os portugueses haviam tomado Quionga aos Alemães, pois assim repunham a honra ferida em 1894.

Não permitindo o tempo da nossa intervenção em Beja, e o espaço para o texto que aqui a reproduz, registar dados numa abordagem mais exaustiva, não deixaremos de lembrar o saldo que se reporta a La Lys, aos números e ao sofrimento que foi a participação portuguesa na guerra, simbolizada em tantos e tantos soldados desconhecidos e actos de sobrevivência tornados memória pelo Milhais que veio a ser «Milhões», pela sua valia, nas palavras do comandante João Ferreira do Amaral.

Terminamos com a saudação do General Tamagnini de Abreu e Silva aos seus homens quando, em Novembro de 1917, iniciou o comando e a responsabilidade do sector português, palavras constantes do documento reproduzido em Bibliografia alusiva à I Grande Guerra:

«(...) Tenho a certeza de que na luta em que vamos entrar para a defesa do Direito, da Liberdade, e da nossa própria Honra, pelos nossos inimigos ultrajada, sabereis revelar todo o conjunto de qualidades e sentimentos que, em todas as épocas distinguiram os soldados de Portugal.

Tenho a maior fé de que regressareis às vossas terras, ao seio das vossas famílias, com a consciência do dever cumprido, depois de aqui terdes, ao lado dos valorosos exércitos Britânico e Francês, vingado os nossos irmãos da afronta recebida em terras d'África, e honrado a nossa querida Pátria, em cuja bandeira se contemplam as imorredouras quinas, até hoje cobertas de glória em todas as partes do Mundo (...).» (História Século XX, 1995:185)

Fontes

Manuscritas

Arquivo Histórico Municipal de Cuba - Livros de Actas das Sessões da Câmara, Cuba, 14 de Abril de 1916.

Impressas:

Periódicos Regionais

- *A Questão Social*, Cuba, 23 de Janeiro de 1916.

- *O Porvir*, Beja, 11 de Março de 1916.

Bibliografia

FERREIRA, José Medeiros - «Portugal e a Espanha perante a I Guerra Mundial», in *Um Século de Problemas, as Relações Luso - Espanholas da União Ibérica à Comunidade Europeia*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.

FERREIRA, José Medeiros - *Portugal na Conferência da Paz, Paris, 1919*, Lisboa, Quetzal Editores, 1992.

JAURÈS, POTESKINE E OUTROS - *As Causas da Primeira Guerra Mundial*, Lisboa, Editorial Estampa, Biblioteca Básica de Cultura 16, 1974.

JOLL, James - *A Europa desde 1870*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1995.

HISTÓRIA DO SÉCULO XX - *A I Guerra Mundial, 1914-1918*, Lisboa, Publicações Alfa, 1995.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. (Compilação, prefácio e notas) - AFONSO COSTA - *Discursos Parlamentares 1914-1926*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1977.

RÉMOND, René, *Introdução à História do Nosso Tempo - Do Antigo Regime aos Nossos Dias*, Lisboa, Gradiva 1994.

VENTURA, António - *Subsídios para a História do Movimento Sindical Rural no Alto Alentejo (1910-1914)* - dados de 'O Sindicalista' nº. 92, 1/9/1912. Lisboa, Seara Nova, Coleção Seara Nova 24, 1976.